



Caso de infecção pela cepa indiana registrado em São Paulo, no início desta semana, acende a luz de alerta. Governo confirma que mutação do novo coronavírus circula em transmissão comunitária, pois afetou pessoas que não estiveram no exterior

Variante Delta já se espalha sem controle

» MARIA EDUARDA CARDIM

Com a confirmação de um caso da variante Delta na cidade de São Paulo, no início desta semana, o governo paulista confirmou, ontem, que a cepa primeiramente detectada na Índia possui transmissão comunitária na capital. Isso porque foi verificada a circulação da mutação entre pessoas que não viajaram para o exterior e, portanto, não é possível rastrear a origem dos casos. Com isso, o estado de São Paulo estuda encurtar o prazo entre a primeira e a segunda dose de algumas vacinas para tentar completar o esquema de imunização do maior número de pessoas possível.

“Temos uma variante que já é autóctone, ou seja, ela já está circulando no nosso meio em pessoas que não tiveram histórico de viagens ou que não tiveram contato com alguém que esteve, por exemplo, na Índia. Dessa forma, temos que ter uma atenção especial”, alertou o secretário da Saúde do estado de São Paulo, Jean Gorinchteyn.

Para enfrentar a Delta, considerada “preocupante” e “perigosa” pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o governo estadual estuda diminuir o prazo entre a primeira e a segunda dose de vacinas da AstraZeneca e da Pfizer, que precisam de três meses entre uma aplicação e outra. Segundo Gorinchteyn, a diminuição do prazo será debatida, hoje, em reunião sobre o Plano Estadual de Imunização.

Alinhamento

No entanto, o secretário explicou que, para a mudança ocorrer, é importante garantir mais doses dos imunizantes. Além disso, qualquer decisão estadual precisará estar alinhada com o Ministério da Saúde. “Se não tivermos esse alento dado pela chancela e liberação do próprio ministério, que coordena o Programa Nacional de Imunização (PNI), por mais que essa decisão aconteça, ela operacionalmente terá entraves”, disse.

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, acredita que a redução do prazo deve ser avaliada como uma resposta à transmissão da Delta. Conforme disse, apesar de ter sido levantada uma possibilidade de as vacinas não responderem à variante de uma maneira geral, “o fato de ter

» Ministro exorta população a tomar 2ª dose

André Borges/AFP



O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, destacou a importância da segunda dose da vacina contra a covid-19. Segundo ele, há um número superior a 3,5 milhões de pessoas que não voltaram para tomar a se-

gunda dose da vacina, o que pode complicar o objetivo de imunizar toda a população. Queiroga voltou a afirmar que a vacina “é a maior arma para conter o coronavírus”. Ele destacou que todas as vacinas,

independentemente do tipo, são importantes e que todas que estão disponíveis, menos a de dose única (da Janssen), precisam do reforço para serem eficazes contra a pandemia.

a imunidade completa ajuda substancialmente”.

Em relação à CoronaVac, não há a preocupação de encurtar o intervalo entre doses, já que o período é mais curto, sendo de 28 dias. “Você completa a imunização mais rapidamente quando comparado com as vacinas que têm intervalo de três meses”, explicou o diretor do Butantan. Covas ainda afirmou que em testes de laboratório, a CoronaVac demonstrou “uma resposta adequada” contra a Delta.

E mais uma vacina pode se juntar à guerra contra a pandemia: a Butanvac. Ontem, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o início da vacinação de voluntários do estudo clínico do imunizante. A autarquia havia autorizado os testes em humanos em 9 de junho, mas ainda havia informações pendentes para que a aplicação da vacina pudesse ser feita nos voluntários.

Queiroga quer volta do presencial

Um dia depois de informar que o governo federal trabalha em uma portaria interministerial para disciplinar a volta às aulas em meio a pandemia da covid-19, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, voltou a falar do assunto na abertura do seminário “Reabertura Segura das Escolas”, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo ele, o Brasil já tem um cenário seguro para reabrir as escolas públicas e retomar o ensino presencial. A opinião foi reforçada pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, que afirma estar “na hora” do retorno.

“O Brasil vem avançando com



a campanha de vacinação. Os professores foram incluídos entre os grupos prioritários e temos um número crescente de professores ao menos com a primeira dose das vacinas. Um cenário seguro para reabertura das aulas”, disse Queiroga, que voltou a citar a preparação da portaria para nortear o retorno às escolas.

O ministro acredita que a medida é necessária “para que tenhamos uma política homogênea em nosso país”. Para Queiroga, atualmente “todos” estão de acordo sobre a necessidade do retorno às aulas. “Não podemos ficar mais de um ano e meio sem

aulas, com as consequências que já foram apontadas. Cabe a nós, gestores públicos, buscarmos as soluções para que esse problema seja resolvido e não haja um prejuízo maior ainda para as nossas crianças”, completou.

Assim como Queiroga, Milton Ribeiro defendeu a volta às aulas presenciais nas escolas públicas na audiência pública da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados. Segundo ele, além de um protocolo sanitário, foram destinados recursos para a compra de insumos para as unidades de ensino. “Precisamos reabrir escolas. Eu creio que está na hora da gente retornar. Estive recentemente em um encontro de ministros da educação do G20 e, para nossa vergonha, nós somos os últimos (a retomar as aulas)”, disse. (MEC)

Aécio: quebra de patente agiliza vacina

» TALITA DE SOUZA

O deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) comentou, ontem, a aprovação do Projeto de Lei 12/2021 pela Câmara dos Deputados, na última terça-feira. O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo parlamentar, que é o relator da proposta que permitirá ao governo federal a quebra de patentes para produzir medicamentos, vacinas e insumos em casos de emergência nacional ou internacional em saúde e, ainda, em estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso.

“Isso significa que o Brasil vai poder sair dessa fila imensa que tem atrasado tanto a vacinação (contra a covid-19) do país. Nós poderemos salvar milhares de vidas agora e no futuro”, salientou Aécio.

Se aprovado, o projeto permitirá que o poder público, em situações de calamidade, retire, temporariamente, a exclusividade da produção de determinado produto para quem detém a patente. Assim, outros fabricantes aptos poderão iniciar a produção e entregar um número maior de medicamentos e vacinas.

Aprovada em abril pelo Senado, a proposta voltará aos senadores para que o novo texto seja analisado. O texto aprovado prevê que o Executivo poderá manter a exclusividade ao detentor da patente caso este garanta que pode suprir a demanda do produto. Ele deverá se comprometer e provar que poderá entregar o volume no preço e no prazo compatível com as necessidades emergenciais.

Os produtores serão avisados sobre quais patentes poderão ser quebradas a partir de uma lista divulgada pelo governo federal em até 30 dias do início da calamidade pública. A relação será elaborada junto a entes públicos, instituições de ensino e pesquisa e outras entidades do setor produtivo, uma lista de patentes ou de pedidos de patente de medicamentos e insumos que são úteis ao enfrentamento da situação trágica.

Os detentores da patente, ou do pedido dela, receberão o valor de 1,5% do preço líquido de venda do produto derivado em royalties até que o valor definitivo seja definido.

CONECTIVIDADE

MEC não considera prioridade na rede pública

Após o governo federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a Lei 14.172 — a Lei da Conectividade, que garante internet e aparelhos para estudantes e professores de escolas públicas —, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que não é contra a conectividade da rede pública e justificou a atitude do governo ao dizer que a pasta tem outras prioridades de investimento — como a estrutura das escolas rurais do país.

“A questão da conexão é importantíssima. Só que, na minha visão como gestor e ministro,

acredito que existem outras prioridades”, disse Ribeiro, na audiência da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados. Como exemplo de algo mais urgente para pasta, o ministro indicou a situação das escolas rurais no país. “Hoje, nós temos ainda muitas escolas que são rurais, onde não há nem sinal de internet. São 54 mil”, disse.

O ministro disse, ainda, que uma prioridade não exclui a outra, mas afirmou que a atenção deve ser voltada a esse grupo de pessoas considerado mais vulnerável. Dados apontados por Ribeiro mostram que o Brasil possui 3.447 escolas sem água, 3.817 sem energia elétrica, 8.527 sem

saneamento e 36.054 sem acesso à internet. “Que esses dados pesem nas nossas decisões, pois gerir e governar exige saber escolher onde aplicar os recursos públicos”, informou.

A Lei da Conectividade garante acesso à internet para cerca de 18 milhões de estudantes e 1,5 milhão de professores da rede pública, por meio do investimento de R\$ 3,5 bilhões nas escolas de todo o Brasil. A lei, que foi aprovada no Congresso, foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro sob a justificativa de que não apresentava estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro. No entanto, o Congresso derrubou o veto em 1º de junho.

O ministro também citou a questão orçamentária como um dos problemas da lei. Segundo Ribeiro, assim que entrou em vigor, o ministério “empreendeu esforços para estabelecer os procedimentos necessários”. No entanto, equipes técnicas do governo federal entenderam que, na aprovação da lei, não foram cumpridos os mandamentos legais orçamentários.

Segundo ele, a ação que busca barrar a Lei da Conectividade questiona justamente a não observação do limite imposto pelo chamado Teto dos Gastos, que estabelece limites para o crescimento das despesas do governo. (MEC)

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Ribeiro: resolver falta de água e de energia vem antes de instalar internet